

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Correio de Brasil Class.: 1960

Data: 14/01/90 Pg.: _____

Polêmica é de caráter internacional

190
Belo Horizonte - O ministro da Justiça, Saulo Ramos, afirmou ontem que a extensão da polêmica criada, no Brasil e no exterior, com a decisão do Governo Federal de retirar cerca de 40 mil garimpeiros que ocupam ilegalmente as reservas dos índios Ianomani, na Rondônia, "é resultado de uma série de injunções secretas, a maioria delas de caráter internacional". Para o Ministro, as atividades de garimpagem, no Brasil, "contrariam muitos interesses, especialmente da África do Sul e da União Soviética", países que, conforme assinalou, "possuem grande poderio para a formação de 'lobbies' publicitários, quando se sentem afetados a nível econômico ou ideológico".

Saulo Ramos, que veio a Belo Horizonte participar da solenidade de encerramento da primeira reunião do Conselho Nacional de Segurança Pública (Conasp), acrescentou que a operação de campo "habilmente dirigida" pelo chefe da Polícia Federal, delegado Romeu Tuma, "está plenamente correta, em todos os sentidos". Disse que o grande acerto, por parte do Governo, foi estabelecer uma planificação para a localização futura dos garimpeiros em áreas demarcadas para este tipo específico de atividade. "Mas eles terão que ali trabalhar regidos por

cooperativas. Só assim poderão enfrentar também a exploração de alguns donos de garimpos, que os submetem a trabalho escravo", assinalou Saulo Ramos. Para ele, os garimpeiros "merecem tanta ajuda e proteção como os índios Ianomani".

"A situação existente na região é cruel", prosseguiu o Ministro da Justiça. "O garimpo é clandestino e os garimpeiros, ao invadir as áreas indígenas, para lá devam doenças e vícios. A nação Ianomani está realmente ameaçada, também em termos culturais. Temos que reverter esta situação", advertiu.

Saulo Ramos afirmou também que é preciso "cumprir a nossa Constituição por inteiro" e uma das suas disposições "é salvar a vida dos índios". Lembrou que a Carta Magna, em seu Artigo 21, inciso 25, "manda a União demarcar áreas de garimpo. Já no Artigo 174, parágrafos 3 e 4, determina que estas áreas sejam cedidas a cooperativas. Assim, os garimpeiros de Roraima agora vão se dedicar a extração mineral legalmente, seguindo as normas de respeito ao meio ambiente e garantindo que a circulação do ouro recolhido já feita no mercado interno nacional, e não contrabandeada ao exterior".

Arquivo



Saulo Ramos: atividades garimpeiras contrariam os interesses da África do Sul e União Soviética

Garimpeiros negociam com os donos de pistas

Boa Vista - A União dos Sindicatos e Associações dos Garimpeiros da Amazônia Legal (Usagal) continua tentando contactar com os donos das principais pistas da região garimpeira dos Surucucus, da reserva Ianomami. E nessa área que se iniciará o processo de retirada espontânea dos garimpeiros que se comprometem a sair dentro de 60 dias pelo acerto feito entre a Polícia Federal, entidades garimpeiras Funai Ibama e governo de Roraima.

Porém, os donos das pistas de Baiano Formiga, Caveira 1 e Caveira 2, ainda não foram localizados para o contato mais direto com o presidente da Usagal, José Altino Machado, apesar de terem mandado avisar que pretendem respeitar o acordo na última terça-feira.

O problema maior para esses homens e a retirada das máquinas mais pesadas com dragas e bombas desses garimpos que tem cerca de cinco mil homens. Outra preocupação da Usagal e a "varação", ou seja, a abertura de grandes picadas no mato pelos garimpeiros que preferem se retirar para o interior a procura de outras zonas de garimpo da reserva Ianomami. Ao sair do local eles marcam com seus companheiros para que joguem alimentos, equipamentos e remédios a tantos quilômetros do local onde se encontram atualmente para lhes garantir a sobrevivência.

"Vamos fazer contato com os principais donos da pista de Surucucus. Estamos certos de que de nossa parte tudo sairá como combinado.